

No. 47295

**Brazil
and
Cape Verde**

Agreement on air services between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Republic of Cape Verde (with annex). Praia, 29 July 2004

Entry into force: *5 December 2007 by notification, in accordance with article 22*

Authentic text: *Portuguese*

Registration with the Secretariat of the United Nations: *Brazil, 23 March 2010*

**Brésil
et
Cap-Vert**

Accord relatif aux services aériens entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République du Cap-Vert (avec annexe). Praia, 29 juillet 2004

Entrée en vigueur : *5 décembre 2007 par notification, conformément à l'article 22*

Texte authentique : *portugais*

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : *Brésil, 23 mars 2010*

[PORTUGUESE TEXT – TEXTE PORTUGAIS]

ACORDO SOBRE SERVIÇOS AÉREOS ENTRE O GOVERNO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA
REPÚBLICA DE CABO VERDE

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República de Cabo Verde
(daqui por diante referidos como “Partes Contratantes”),

Sendo Partes da Convenção sobre Aviação Civil Internacional, aberta para assinatura em Chicago no dia 7 de dezembro de 1944;

Animados pelo elevado grau atingido nas relações de amizade, solidariedade e cooperação entre os dois povos e Governos;

Desejando contribuir para o desenvolvimento da aviação civil internacional;

Desejando concluir um Acordo sobre Serviços Aéreos;

Acordam o que se segue:

ARTIGO 1
Definições

Para aplicação do presente Acordo, salvo disposições em contrário:

- a) “autoridades aeronáuticas” significa, no caso da República Federativa do Brasil, o Comando da Aeronáutica e, no caso da República de Cabo Verde, o Ministério das Infraestruturas e Transportes, ou em ambos os casos, qualquer pessoa ou órgão autorizado a executar quaisquer funções no presente exercidas pelas autoridades acima mencionadas;

- b) “Acordo” significa este Acordo, o Anexo e quaisquer emendas ao Acordo ou ao Anexo;
- c) “serviços acordados” significa serviços aéreos nas rotas especificadas para o transporte de passageiros, carga e mala postal, separadamente ou em combinação;
- d) “serviços aéreos”, “serviços aéreos internacionais”, “empresa aérea” e “escala sem fins comerciais” têm os significados a eles respectivamente atribuídos, no Artigo 96 da Convenção;
- e) “Convenção” significa a Convenção sobre Aviação Civil Internacional, aberta para assinatura em Chicago no dia 7 de dezembro de 1944, e inclui qualquer Anexo adotado de acordo com o Artigo 90 daquela Convenção e qualquer emenda aos Anexos ou à Convenção, de acordo com os seus Artigos 90 e 94, na medida em que esses Anexos e emendas tenham entrado em vigor para ambas as Partes Contratantes;
- f) “empresa aérea designada” significa uma empresa aérea que tenha sido designada e autorizada conforme o Artigo 3 deste Acordo;
- g) “rota especificada” significa uma das rotas especificadas no Anexo a este Acordo;
- h) “tarifa” significa qualquer dos seguintes:
 - i) a tarifa de passageiros cobrada por uma empresa aérea para o transporte de passageiros e suas bagagens nos serviços aéreos e as taxas e condições aplicáveis aos serviços conexos a tal transporte;
 - ii) o frete cobrado por uma empresa aérea para o transporte de carga (exceto mala postal) nos serviços aéreos;
 - iii) as condições regendo a disponibilidade ou a aplicabilidade de tal tarifa de passageiros ou frete, incluindo quaisquer vantagens a ela vinculadas; e
 - iv) o valor da comissão paga por uma empresa aérea a um agente, relativa aos bilhetes vendidos ou aos conhecimentos aéreos preenchidos por aquele agente para o transporte nos serviços aéreos.
- i) “território”, em relação a um Estado, tem o significado a ele atribuído no Artigo 2 da Convenção; e

- j) “tarifa aeronáutica” significa um preço cobrado às empresas aéreas pelo fornecimento de facilidades e serviços aeroportuários, de navegação aérea ou de segurança da aviação.

ARTIGO 2

Concessão de Direitos

1. Cada Parte Contratante concede à outra Parte Contratante os direitos a seguir especificados neste Acordo, com a finalidade de operar serviços aéreos internacionais numa rota especificada. Enquanto estiver operando um serviço acordado numa rota especificada, a empresa aérea designada de cada Parte Contratante gozará:

- a) do direito de sobrevoar o território da outra Parte Contratante;
- b) do direito de pousar no referido território, para fins não comerciais;
- c) do direito de embarcar e desembarcar no referido território, nos pontos nas rotas especificadas, passageiros, bagagens, carga e mala postal, separadamente ou em combinação, destinados a ou originados em pontos no território da outra Parte Contratante;
- d) do direito de embarcar e desembarcar nos territórios de terceiros países, nos pontos nas rotas especificadas, passageiros, bagagens, carga e mala postal, separadamente ou em combinação, destinados a ou originados em pontos no território da outra Parte Contratante, sujeito às provisões contidas no Anexo.

2. Nenhum dispositivo do parágrafo (1) deste Artigo será considerado como concessão a uma empresa aérea designada de uma Parte Contratante do direito de embarcar, no território da outra Parte Contratante, passageiros, bagagens, carga e mala postal, transportados mediante pagamento ou retribuição e destinados a outro ponto no território daquela Parte Contratante.

3. As empresas aéreas de cada Parte Contratante, outras que não as designadas com base no Artigo 3 (Designação) deste Acordo gozarão dos direitos especificados nos parágrafos 1 (a) e (b) deste Artigo.

ARTIGO 3

Designação e Autorização

1. Cada Parte Contratante terá o direito de designar, por nota diplomática endereçada à outra Parte Contratante, uma empresa aérea ou empresas aéreas para operar os serviços acordados.

2. Ao receber a notificação da designação, as autoridades aeronáuticas de cada Parte Contratante, de conformidade com suas leis e regulamentos, concederão, sem demora, à empresa ou empresas aéreas designadas pela outra Parte Contratante as autorizações necessárias à exploração dos serviços acordados.
3. Cada Parte Contratante terá o direito de recusar conceder as autorizações referidas no parágrafo (2) deste Artigo, ou de conceder estas autorizações sob condições consideradas necessárias para o exercício pela empresa aérea designada, dos direitos especificados no Artigo 2 deste Acordo, no caso em que não esteja convencida de que parte substancial da propriedade e o controle efetivo daquela empresa ou empresas pertençam à Parte Contratante que a designou ou a seus nacionais ou a ambos.
4. As autoridades aeronáuticas de uma Parte Contratante podem exigir que a empresa ou empresas aéreas designadas pela outra Parte Contratante demonstre(m) que está(ão) habilitada(s) para atender às condições determinadas segundo as leis e regulamentos normal e razoavelmente aplicados às operações de serviços aéreos internacionais por tais autoridades.
5. Quando tiver sido designada e autorizada, uma empresa aérea pode iniciar a operação dos serviços acordados, desde que cumpra os dispositivos aplicáveis deste Acordo.
6. Cada Parte Contratante tem o direito de, por nota diplomática, retirar a designação de uma empresa de transporte aéreo e de designar outra.

ARTIGO 4

Revogação ou Suspensão de Autorização

1. As autoridades aeronáuticas de cada Parte Contratante terão o direito de revogar ou suspender as autorizações para o exercício dos direitos especificados no Artigo 2 deste Acordo para empresa ou empresas aéreas designadas pela outra Parte Contratante, ou de impor condições, *temporária ou definitivamente*, que sejam consideradas necessárias para o exercício desses direitos:
 - a) caso tal empresa ou empresas aéreas deixem de cumprir as leis e regulamentos daquela Parte Contratante;
 - b) caso aquelas autoridades não estejam convencidas de que parte substancial da propriedade e o controle efetivo da empresa ou empresas aéreas pertençam à Parte Contratante que a(s) designou ou a seus nacionais ou a ambos; e
 - c) caso a empresa ou empresas aéreas deixem de operar conforme as condições estabelecidas segundo este Acordo.

2. A menos que seja essencial a imediata revogação ou suspensão das autorizações mencionadas no parágrafo (1) deste Artigo ou a imposição de condições, para prevenir violações posteriores de leis ou regulamentos, tal direito será exercido somente após consulta com a outra Parte Contratante.

ARTIGO 5

Aplicação de Leis e Regulamentos

1. As leis e regulamentos de uma Parte Contratante, relativos à entrada, permanência ou saída de seu território de aeronaves engajadas nos serviços aéreos internacionais, ou à operação e navegação de tais aeronaves enquanto em seu território, serão aplicados às aeronaves da empresa ou empresas aéreas designadas pela outra Parte Contratante sem distinção quanto à nacionalidade, e serão cumpridos por tais aeronaves na entrada, saída, ou durante sua permanência no território da primeira Parte Contratante.

2. As leis e regulamentos de uma Parte Contratante, relativos à entrada, permanência ou saída de seu território de passageiros, tripulações, carga ou mala postal, tais como regulamentos relativos à entrada, liberação, imigração, passaportes, alfândega e quarentena, serão cumpridos por ou em nome de tais passageiros e tripulação, carga ou mala postal, transportados pela empresa aérea designada da outra Parte Contratante na entrada, saída ou durante a sua permanência no território da primeira Parte Contratante.

3. Na aplicação das leis e regulamentos referidos neste Artigo à empresa ou empresas aéreas designadas da outra Parte Contratante, uma Parte Contratante não dará tratamento mais favorável à sua própria empresa ou empresas aéreas.

ARTIGO 6

Reconhecimento de Certificados e Licenças

Certificados de aeronavegabilidade, certificados de habilitação e licenças, emitidos ou convalidados por uma Parte Contratante e ainda em vigor, serão reconhecidos como válidos pela outra Parte Contratante para os objetivos de operação dos serviços acordados nas rotas especificadas, desde que tais certificados ou licenças sejam emitidos ou convalidados, mediante e em conformidade com os padrões estabelecidos segundo a Convenção. Cada Parte Contratante, todavia, reserva-se o direito de recusar reconhecer, para sobrevôo de seu próprio território, certificados de habilitação e licenças concedidos aos seus próprios nacionais pela outra Parte Contratante.

ARTIGO 7

Segurança

1. Em conformidade com seus direitos e obrigações segundo o Direito Internacional, as Partes Contratantes reafirmam que sua obrigação mútua, de proteger a aviação civil contra atos de interferência ilícita, constitui parte integrante do presente Acordo. Sem limitar a validade geral de seus direitos e obrigações resultantes do Direito Internacional, as Partes Contratantes atuarão, em particular, segundo as disposições da Convenção sobre Infrações e Certos Outros Atos Praticados a Bordo de Aeronaves, assinada em Tóquio em 14 de setembro de 1963, da Convenção para a Repressão do Apoderamento Ilícito de Aeronaves, assinada na Haia em 16 de dezembro de 1970 e da Convenção para a Repressão de Atos Ilícitos contra a Segurança da Aviação Civil, assinada em Montreal em 23 de setembro de 1971, e o Protocolo para Supressão de Atos Ilícitos de Violência em Aeroportos Utilizados pela Aviação Civil Internacional, assinado em Montreal em 24 de fevereiro de 1988 ou qualquer outra convenção sobre segurança de aviação de que ambas as Partes Contratantes venham a ser membros.

2. As Partes Contratantes fornecerão, mediante solicitação, toda a assistência mútua necessária, para a prevenção contra atos de apoderamento ilícito de aeronaves civis e outros atos ilícitos contra a segurança dessas aeronaves, seus passageiros e tripulações, aeroportos e instalações de navegação aérea, e qualquer outra ameaça à segurança da aviação civil.

3. As Partes Contratantes agirão em suas relações mútuas, segundo as disposições sobre segurança da aviação estabelecidas pela Organização de Aviação Civil Internacional e contidas nos Anexos à Convenção sobre Aviação Civil Internacional, na medida em que tais disposições sobre segurança sejam aplicáveis às Partes Contratantes; exigirão que os operadores de aeronaves por elas matriculadas, os operadores de aeronaves que tenham sua sede comercial principal ou residência permanente em seu território e os operadores de aeroportos situados em seu território ajam em conformidade com as referidas disposições sobre a segurança da aviação.

4. Cada Parte Contratante concorda em exigir que tais operadores de aeronaves observem as disposições sobre a segurança da aviação mencionadas no parágrafo (3) acima e exigidas pela outra Parte Contratante para a entrada, saída, ou permanência no território dessa Parte Contratante. Cada Parte Contratante assegurará que medidas adequadas sejam efetivamente aplicadas em seu território para proteger as aeronaves e inspecionar os passageiros, as tripulações, as bagagens de mão, as bagagens, a carga e as provisões de bordo, antes e durante o embarque ou carregamento. Cada Parte Contratante examinará, também, de modo favorável toda solicitação da outra Parte Contratante, com vista a adotar medidas especiais e razoáveis de segurança para combater uma ameaça específica.

5. Quando da ocorrência de um incidente, ou de ameaça de incidente de apoderamento ilícito de aeronaves civis, ou de outros atos ilícitos contra a segurança de tais aeronaves, de seus passageiros e tripulações, de aeroportos ou instalações de navegação aérea, as Partes Contratantes assistir-se-ão mutuamente, facilitando as comunicações e outras medidas apropriadas, destinadas a por termo, de forma rápida e segura, a tal incidente ou ameaça.

ARTIGO 8 Segurança Aeronáutica

1. Cada Parte Contratante poderá solicitar a qualquer momento a realização de consultas sobre as normas de segurança aplicadas pela outra Parte Contratante em aspectos relacionados com as instalações e serviços aeronáuticos, tripulações de vôo, aeronaves e operações de aeronaves. Tais consultas serão realizadas dentro de trinta dias a contar da solicitação.

2. Se depois de realizadas tais consultas uma Parte Contratante chegar à conclusão de que a outra não mantém ou administra de modo efetivo os aspectos mencionados no parágrafo anterior, atinentes às normas de segurança em vigor, de acordo com a Convenção, informará à outra Parte Contratante tais conclusões e as medidas que considera necessárias para a adequação às normas da OACI. A outra Parte Contratante deverá então tomar as medidas corretivas dentro de um prazo acordado.

3. Em conformidade com o Artigo 16 da Convenção, fica acordado ainda que qualquer aeronave operada por, ou em nome de uma empresa aérea de uma Parte Contratante, que preste serviços para ou desde o território da outra, poderá, quando se encontre em território desta última, ser objeto de inspeção pelos representantes autorizados da outra Parte Contratante, desde que isso não cause atrasos desnecessários à operação da aeronave. Apesar das obrigações referidas no Artigo 33 da Convenção, o propósito desta inspeção é verificar a validade da documentação pertinente da aeronave, as licenças de sua tripulação, e que o equipamento da aeronave e a condição da mesma estejam de acordo com as normas estabelecidas em virtude da Convenção.

4. Quando seja essencial adotar medidas urgentes para garantir a segurança das operações de uma empresa aérea, cada Parte Contratante se reserva o direito de suspender ou modificar imediatamente a autorização de operação de uma ou várias empresas aéreas da outra Parte Contratante.

ARTIGO 9

Direitos Alfandegários

1. Cada Parte Contratante, com base na reciprocidade, isentará, em conformidade com sua legislação nacional, a empresa aérea designada da outra Parte Contratante de direitos alfandegários sobre aeronaves, combustível, lubrificantes, suprimento técnico de consumo, partes sobressalentes, motores, o equipamento de uso normal e de segurança dessas aeronaves, provisões de bordo, inclusive bebidas, fumo e outros produtos destinados à venda a passageiros, em quantidade limitada durante o voo, bem como outros itens destinados a uso exclusivo na operação ou manutenção das aeronaves, bem como bilhetes, conhecimentos aéreos, material impresso com o símbolo da empresa aérea e material publicitário comum distribuído gratuitamente.

2. As isenções previstas neste Artigo serão concedidas aos itens referidos no parágrafo 1, quer sejam ou não usados ou consumidos totalmente no território da Parte Contratante que concedeu a isenção, quando:

- a) introduzidos no território de uma Parte Contratante sob a responsabilidade da empresa aérea designada pela outra Parte Contratante;
- b) mantidos a bordo das aeronaves da empresa aérea designada de uma Parte Contratante na chegada ou na saída do território da outra Parte Contratante; e
- c) embarcados nas aeronaves da empresa aérea designada de uma Parte Contratante no território da outra Parte Contratante e com o objetivo de serem usados na operação dos serviços acordados.

3. Os itens mencionados no parágrafo 1, aos quais foi concedida a isenção, não poderão ser alienados ou vendidos no território da mencionada Parte Contratante.

4. O equipamento de uso normal, bem como os materiais e suprimentos normalmente mantidos a bordo das aeronaves da empresa aérea designada de uma Parte Contratante, poderão ser descarregados no território da outra Parte Contratante somente com a autorização de suas autoridades alfandegárias. Nesse caso, tais itens poderão ser colocados sob a supervisão das mencionadas autoridades, até que sejam reexportados ou se lhes dê outro destino, conforme os regulamentos alfandegários.

5. As Partes Contratantes permitirão o empréstimo, entre as empresas aéreas, de equipamento de aeronaves, de equipamento de segurança, bem como de peças sobressalentes, com isenção de direitos alfandegários, quando utilizados na prestação de serviços aéreos internacionais regulares, ficando limitado o seu controle às formalidades necessárias para garantir que a devolução dos referidos equipamentos ou peças sobressalentes consista na sua restituição, qualitativa e tecnicamente idêntica e que, em nenhum caso, a transação tenha caráter lucrativo.

6. Os passageiros, a bagagem e a carga em trânsito direto pelo território de uma Parte Contratante, e que não deixem a área reservada do aeroporto para tal propósito, serão no máximo submetidos a um controle simplificado. A bagagem e a carga em trânsito estarão isentas de direitos alfandegários.

ARTIGO 10

Operação dos Serviços Acordados

1. Haverá oportunidade justa e igual, para as empresas aéreas designadas das Partes Contratantes operarem os serviços acordados nas rotas especificadas.

2. Na operação dos serviços acordados, a empresa aérea designada de cada Parte Contratante levará em conta os interesses da empresa aérea designada da outra Parte Contratante, a fim de não afetar indevidamente os serviços proporcionados pela última em toda ou em parte das mesmas rotas.

3. Os serviços acordados proporcionados pelas empresas aéreas das Partes Contratantes terão como característica uma relação estrita com as necessidades do público para o transporte nas rotas especificadas e terão como objetivo primário a provisão, em níveis razoáveis de aproveitamento, de capacidade adequada para atender às necessidades atuais e às razoavelmente previsíveis para o transporte de passageiros e carga, incluindo mala postal, originados em ou destinados ao território da Parte Contratante que tenha designado a empresa aérea. Provisão para o transporte de passageiros e carga, incluindo mala postal, embarcados e desembarcados em pontos outros nas rotas especificadas que não no território da Parte Contratante que designou a empresa aérea, será determinada de acordo com os princípios gerais de que a capacidade será relacionada com:

- a) a demanda de tráfego de e para o território da Parte Contratante que tenha designado a empresa aérea;
- b) a demanda de tráfego da região através da qual passa o serviço acordado, levando em conta outros serviços estabelecidos pelas empresas aéreas dos Estados compreendidos naquela região; e
- c) os requisitos de economia da operação da empresa aérea.

4. A capacidade a ser proporcionada nas rotas especificadas será a que for determinada, de tempos em tempos, conjuntamente pelas Partes Contratantes.

ARTIGO 11

Tarifas

1. As tarifas a serem aplicadas pela empresa aérea designada de uma Parte Contratante para serviços cobertos por este Acordo serão estabelecidas em níveis razoáveis, levando em conta todos os fatores relevantes, incluindo interesses dos usuários, custo da operação, características do serviço, taxas de comissão, lucro razoável, tarifas de outras empresas aéreas, e outras considerações comerciais de mercado.

2. As autoridades aeronáuticas darão especial atenção às tarifas que sejam questionáveis por serem exageradamente discriminatórias, indevidamente altas ou restritivas devido ao abuso de uma posição dominante, artificialmente baixas por razões de subsídio ou apoio direto ou indireto, ou predatórias.

3. As tarifas serão registradas pelo menos 10 (dez) dias antes da data proposta de sua introdução. As autoridades aeronáuticas poderão aprovar ou desaprovar as tarifas registradas para o transporte de ida ou ida-e-volta entre os territórios das duas Partes Contratantes que se inicia em seus próprios territórios. Em caso de desaprovação elas informarão neste sentido as autoridades aeronáuticas da outra Parte Contratante imediatamente ou pelo menos dentro de 20 (vinte) dias a partir do recebimento do registro.

4. Nenhuma das Partes Contratantes adotará uma ação unilateral para evitar o início de tarifas propostas ou a continuação de tarifas efetivas para o transporte entre os territórios das duas Partes Contratantes começando no território da outra Parte Contratante.

5. Não obstante o disposto no parágrafo 4 acima, em que as autoridades aeronáuticas de qualquer uma das Partes Contratantes entendem que uma tarifa para o transporte para seu território se insere nas categorias descritas no parágrafo 2 acima, elas informarão quanto à desaprovação às autoridades aeronáuticas da outra Parte Contratante imediatamente ou pelo menos dentro de 20 dias a partir do recebimento do registro pelas mesmas.

6. As autoridades aeronáuticas de cada Parte Contratante poderão solicitar consultas relativas a qualquer tarifa que tenha sido sujeita à desaprovação. Tais consultas serão realizadas no máximo até 30 dias após o recebimento da solicitação. Se as Partes Contratantes chegarem a um acordo, cada Parte Contratante envidará os melhores esforços para colocar tal acordo em vigor. Se não for alcançado nenhum acordo, prevalecerá a decisão da Parte Contratante em cujo território o transporte se origina.

7. Para o transporte entre os territórios das Partes Contratantes, as autoridades aeronáuticas de cada Parte Contratante permitirão à empresa aérea designada da outra Parte Contratante igualar qualquer tarifa no mesmo par de cidades presentemente autorizada para aplicação por uma empresa aérea de qualquer uma das Partes Contratantes ou de um terceiro Estado.

8. As autoridades aeronáuticas das duas Partes Contratantes não exigirão o registro para sua aprovação de tarifas para o transporte de carga.

ARTIGO 12

Atividades Comerciais

1. A empresa aérea designada de uma Parte Contratante poderá, de acordo com as leis e regulamentos da outra Parte Contratante, relativas à entrada, residência e emprego, trazer e manter no território da outra Parte Contratante, pessoal executivo, de vendas, técnico, operacional e outros especialistas necessários à operação dos serviços acordados.

2. Em particular, cada Parte Contratante concederá à empresa aérea designada da outra Parte Contratante o direito à comercialização do transporte aéreo no seu território diretamente e, a critério da empresa aérea, através dos seus agentes. Cada empresa aérea terá o direito de comercializar tal transporte e qualquer pessoa estará livre para adquiri-lo na moeda daquele país ou, sujeito às leis e regulamentos nacionais, em moedas livremente conversíveis de outros países.

ARTIGO 13

Conversão e Remessa de Receitas

1. A empresa aérea designada de uma Parte Contratante terá o direito de converter e remeter para o exterior, a pedido, receitas locais excedentes às somas localmente desembolsadas.

2. A conversão e a remessa de tais receitas serão permitidas em conformidade com a legislação vigente, e não estarão sujeitas a quaisquer encargos administrativos ou cambiais, exceto os normalmente cobrados pelos bancos para a sua execução.

3. O disposto neste Artigo não desobriga as empresas aéreas do pagamento dos impostos, taxas e contribuições a que estejam sujeitas.

ARTIGO 14

Tarifas Aeronáuticas

1. Uma Parte Contratante não cobrará ou permitirá que sejam cobradas da empresa aérea designada da outra Parte Contratante tarifas aeronáuticas superiores às cobradas às suas próprias empresas aéreas que operem serviços aéreos internacionais semelhantes.

2. Cada Parte Contratante encorajará a realização de consultas sobre tarifas aeronáuticas entre suas autoridades competentes e as empresas aéreas que se utilizam dos serviços e das facilidades proporcionadas por aquelas autoridades, quando factível por intermédio das organizações representativas das empresas aéreas. Propostas de alteração nas tarifas aeronáuticas deverão ser comunicadas a tais usuários com razoável antecedência, para permitir-lhes expressar seus pontos de vista antes que as alterações sejam feitas. Cada Parte Contratante, além disso, encorajará suas autoridades competentes e usuários a trocarem informações relativas às tarifas aeronáuticas.

ARTIGO 15

Consultas

1. Num espírito de estreita cooperação, as autoridades aeronáuticas das Partes Contratantes farão consultas entre si, periodicamente, com o objetivo de assegurar a implementação e o cumprimento satisfatório das provisões deste Acordo, ou para discutir qualquer problema relacionado com este.

2. Tais consultas começarão dentro de um período de sessenta (60) dias da data de recebimento de tal solicitação, exceto se acordado diferentemente pelas Partes Contratantes.

ARTIGO 16

Emendas

1. Qualquer emenda ou modificação deste Acordo estabelecida pelas Partes Contratantes entrará em vigor em data a ser determinada em troca de notas diplomáticas, indicando que todos os procedimentos internos necessários foram concluídos por ambas as Partes Contratantes.

2. Qualquer emenda ou modificação do Anexo a este Acordo será acertada entre as autoridades aeronáuticas, e entrará em vigor quando confirmada por troca de notas diplomáticas.

ARTIGO 17

Convenção Multilateral

Se uma convenção geral multilateral sobre a aviação entrar em vigor em relação a ambas as Partes Contratantes, prevalecerão os dispositivos de tal convenção. Consultas, conforme o Artigo 14 deste Acordo, poderão ser mantidas com vista a determinar o grau em que este Acordo é afetado pelos dispositivos da convenção.

ARTIGO 18

Solução de Controvérsias

1. Qualquer divergência que surja com relação a este Acordo, que não seja resolvida através de consultas, pode ser submetida, por acordo entre as Partes Contratantes, à decisão de alguma pessoa ou organismo. Se as Partes Contratantes não concordarem com tal procedimento, a disputa será, por solicitação de qualquer das Partes Contratantes, submetida a arbitragem, em conformidade com os procedimentos abaixo.

2. A arbitragem será feita por um tribunal de três árbitros, a ser constituído como se segue:

a) dentro de 30 (trinta) dias após o recebimento da solicitação de arbitragem, cada Parte Contratante nomeará um árbitro. Dentro de 60 (sessenta) dias, após esses dois árbitros terem sido nomeados, eles deverão, mediante acordo, designar um terceiro árbitro, que deverá atuar como Presidente do tribunal arbitral; e

b) se uma das Partes Contratantes deixar de nomear um árbitro, ou se o terceiro árbitro não for designado de acordo com o subparágrafo (a) deste parágrafo, uma das Partes Contratantes poderá solicitar ao Presidente do Conselho da Organização de Aviação Civil Internacional para nomear o árbitro ou árbitros necessários, dentro de 30 (trinta) dias. Se o Presidente for da mesma nacionalidade que uma das Partes Contratantes, o Vice Presidente, hierarquicamente mais antigo, que não esteja desqualificado pelo mesmo motivo, fará a indicação.

3. Exceto quando acordado em contrário, o tribunal arbitral determinará os limites de sua jurisdição em consonância com este Acordo, e estabelecerá seu próprio procedimento.

4. Cada Parte Contratante deverá, consistente com a sua legislação nacional, acatar integralmente qualquer decisão ou sentença do tribunal arbitral.

5. As despesas do tribunal arbitral, incluindo os encargos e despesas com os árbitros, serão compartilhados igualmente pelas Partes Contratantes.

ARTIGO 19

Denúncia

Cada Parte Contratante poderá, a qualquer momento após a entrada em vigor deste Acordo, notificar a outra Parte Contratante, por escrito, através dos canais diplomáticos, de sua decisão de denunciar este Acordo; tal notificação será feita simultaneamente à Organização de Aviação Civil Internacional. O Acordo deixará de vigor 1 (um) ano após a data do recebimento da notificação pela outra Parte Contratante, a menos que seja retirada, de comum acordo, antes de expirar esse período. Se o recebimento da notificação não for acusado pela outra Parte Contratante, a notificação será considerada recebida 14 (quatorze) dias após seu recebimento pela Organização de Aviação Civil Internacional.

ARTIGO 20

Registro na OACI

Este Acordo e qualquer emenda a ele serão registrados na Organização de Aviação Civil Internacional.

ARTIGO 21

Fornecimento de Estatísticas

As autoridades aeronáuticas de uma Parte Contratante fornecerão às autoridades aeronáuticas da outra Parte Contratante, quando por elas solicitado, estatísticas de um determinado período ou demonstrativo de estatísticas, que poderão ser razoavelmente solicitados com o propósito de rever-se a capacidade estabelecida para os serviços acordados pela empresa ou empresas aéreas das Partes Contratantes, mencionadas primeiramente neste Artigo. Tais demonstrativos estatísticos incluirão todas as informações solicitadas para determinar a quantidade de tráfego transportado pelas empresas aéreas nos serviços acordados e a origem e o destino de tais tráfegos.

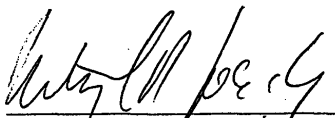
ARTIGO 22

Entrada em vigor

O presente Acordo entrará em vigor trinta dias após a data da recepção da última notificação de que foram cumpridos os procedimentos constitucionais necessários.

Em testemunho do que, os abaixo assinados, devidamente autorizados por seus respectivos Governos, assinam o presente Acordo.

Feito na Praia, República de Cabo Verde, aos vinte e nove dias do mês de julho do ano de dois mil e quatro, no idioma Português, em dois textos, sendo ambos igualmente autênticos.



PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL

VITOR C. P. GOBATO
Embaixador do Brasil



PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
DE CABO VERDE

VICTOR M. B. BORGES
Ministro dos Negócios
Estrangeiros, Cooperação e
Comunidades

A N E X O

QUADRO DE ROTAS

Seção 1

Rotas a serem operadas pelas empresas aéreas designadas pelo Brasil:

Pontos aquém - Pontos no Brasil – Pontos em Cabo Verde – Pontos Além.

Seção 2

Rotas a serem operadas pelas empresas aéreas designadas de Cabo Verde:

Pontos aquém - Pontos em Cabo Verde – Pontos Intermediários – Pontos no Brasil – Pontos além.

Notas:

1. Os pontos a serem servidos nas rotas acima especificadas deverão ser determinados conjuntamente pelas autoridades aeronáuticas das Partes Contratantes.
2. As empresas aéreas designadas do Brasil podem, em qualquer ou todos os vôos, omitir escalas em quaisquer pontos nas rotas acima especificadas, e podem servi-los em qualquer ordem, desde que os serviços acordados nestas rotas tenham início em pontos no Brasil.
3. As empresas aéreas designadas por Cabo Verde podem, em qualquer ou todos os vôos, omitir escalas em quaisquer pontos nas rotas acima especificadas, e podem servi-los em qualquer ordem, desde que os serviços acordados nestas rotas tenham início em pontos em Cabo Verde.

[TRANSLATION – TRADUCTION]

AGREEMENT ON AIR SERVICES BETWEEN THE GOVERNMENT OF
THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE GOVERNMENT
OF THE REPUBLIC OF CAPE VERDE

The Government of the federative Republic of Brazil and the Government of the Republic of Cape Verde (hereinafter referred to as the “Contracting Parties”),

Being Parties to the Convention on International Civil Aviation, opened for signature in Chicago on 7 December 1944,

Motivated by the high level attained in relations of friendship, solidarity and cooperation between the two peoples and Governments,

Desiring to contribute to the development international civil aviation,

Desiring to conclude an agreement on air services,

Have agreed as follows:

Article 1. Definitions

For the purposes of this Agreement, unless the text provides otherwise:

(a) The term “aeronautical authorities” means, in the case of the Federative Republic of Brazil, the Ministry of Aeronautics; and, in the case of the Republic of Cape Verde, the Ministry of Infrastructures and Transport; or, in both cases, any person or body authorized to perform any function currently exercised by the above-mentioned authorities;

(b) The term “Agreement” means in this Agreement, its annex, or any amendment to the Agreement or annex;

(c) The term “agreed services” means air services on the routes specified for the transport of passengers, cargo or mail, separately or in combination;

(d) The terms “air services”, “international air services”, “airline” and “stop for non-commercial purposes” have the meanings respectively given to them in Article 96 of the Convention;

(e) The term “Convention” means the Convention on International Civil Aviation, opened for signature in Chicago on 7 December 1944, and includes any annex adopted in accordance with Article 90 of the Convention or any amendment to the annexes or to the Convention, in accordance with its Articles 90 and 94, provided that such annexes and amendments have entered into force for both Contracting Parties;

(f) The term “designated airline” means an airline which has been designated and authorized in accordance with Article 3 of this Agreement;

(g) The term “specified route” means one of the routes specified in the annex to this Agreement;

(h) The term “tariff” has any of the following meanings:

- (i) The fare charged by an airline for the carriage of passengers and their baggage on air services, and the rates and conditions applicable to auxiliary services;
 - (ii) The rate charged by an airline of the carriage of cargo (with the exception of mail) on air services;
 - (iii) The conditions governing the availability or application of such fare or freight charge, including any advantage connected with the passenger fare or freight charge;
 - (iv) The amount of the commission paid by an airline to an agent for tickets sold or air waybills issued by the agent for carriage on air services;
- (i) The term “territory” in relation to a State has the meaning given to it in Article 2 of the Convention; and
- (j) The term “aeronautical tariff” means the price charged to airlines for the provision of airport facilities or services relating to air navigation or aviation security.

Article 2. Granting of rights

1. Each Contracting Party shall grant the other Contracting Party the rights specified below in this Agreement for the purpose of operating international air services on a specified route. While an agreed service is being operated on a specified route, the designated airlines of the Contracting Parties shall enjoy:

- (a) The right to overfly the territory of the other Contracting Parties;
- (b) The right to land in that territory for non-traffic purposes;
- (c) The right to embark and disembark in the said territory, at points situated on the specified routes, passengers, baggage, cargo and mail, separately or jointly, to or from places in the territory of the other Contracting Party;
- (d) The right to embark and disembark in the territories of third countries at the points on the specified routes, passengers, baggage, cargo and mail, separately or jointly, and destined for another point in the territory of the other Contracting Party, subject to the provisions contained in the annex.

2. Nothing in paragraph 1 of this Article shall be deemed to confer on the designated airline of one Contracting Party the right to embark in the territory of the other Contracting Party, passengers, baggage, cargo and mail, carried for remuneration or hire, and destined for another point in the territory of the other Contracting Party.

3. The airlines of each Contracting Party, other than those designated pursuant to Article 3 (Designation) of this Agreement, shall enjoy the rights specified in paragraphs 1 (a) and (b) of this Article.

Article 3. Designation and authorization

1. Each Contracting Party shall have the right to designate, through a diplomatic note addressed to the other Contracting Party, an airline or airlines for the purpose of operating the agreed services.

2. Upon receipt of notification of such designation, the aeronautical authorities of each Contracting Party shall, in accordance with their laws and regulations, without delay grant to the airline or airlines designated by the other Contracting Party the appropriate operating authorizations.

3. Each Contracting Party shall have the right to refuse to issue the authorizations referred to in paragraph 2 of this Article, or to issue such authorization under the conditions it deems necessary for the exercise by the designated airline or airlines of the rights specified in Article 2 of this Agreement, in cases where it is not satisfied that substantial ownership or effective control of the airline or airlines is vested in the Contracting Party which has designated them, or in its nationals or in both.

4. The aeronautical authorities of one Contracting Party may require an airline or airlines designated by the other Contracting Party to satisfy them that they are qualified to fulfil the conditions prescribed under the laws and regulations normally and reasonably applied to the operation of international air services by such authorities.

5. When an airline has been designated and authorized, it may begin to operate the agreed services, assuming that it complies with the applicable provisions of this Agreement.

6. Each Contracting Party shall have the right to cancel the designation of an airline and to designate another one, through a diplomatic note.

Article 4. Revocation or suspension of authorization

1. The aeronautical authorities of each Contracting Party shall have the right to revoke or suspend any authorization to exercise the right specified in Article 2 of this Agreement by an airline or airlines designated by the other Contracting Party, or to impose such conditions as it may deem necessary for the exercise of such rights, if:

(a) The said airline or airlines fail(s) to comply with the laws and regulations of the other Contracting Party;

(b) The said authorities are not satisfied that substantial ownership and effective control of the said airline or airlines are vested in the Contracting Party designating the airline or in its nationals or in both; and

(c) The said airline or airlines fail(s) to operate in accordance with the conditions prescribed under this Agreement.

2. Such right shall be exercised only after consultation with the other Contracting Party, unless immediate revocation or suspension of the authorization provided for in paragraph 1 of this Article, or the imposition of conditions, is essential to prevent further infringements of laws or regulations.

Article 5. Applicability of laws and regulations

1. The laws and regulations of one Contracting Party governing the entry into, stay in and departure from its territory of aircraft engaged in international air services, or the operation and navigation of such aircraft within its territory, shall apply to the aircraft of the designated airline or airlines of the other Contracting Party, without distinction on the ba-

sis of nationality, and shall be observed by such aircraft upon their entry or departure or during their stay in the territory of the first Contracting Party.

2. The laws and regulations of one Contracting Party, governing the entry into, stay in or departure from its territory of passengers, crews, cargo and mail, such as regulations governing entry, release, immigration, passports, customs and quarantine, shall be observed by, or on behalf of such passengers and crews, cargo or mail, carried by the airline designated by the other Contracting Party upon their entry or departure, or during their stay in the territory of the first Contracting Party.

3. In the application of the laws and regulations referred to in this Article to the designated airline or airlines of the other Contracting Party, neither Contracting Party shall grant more favourable treatment to its own airline or airlines.

Article 6. Recognition of certificates and licences

Certificates of airworthiness, certificates of competency and licences issued or validated by one Contracting Party and still in force shall be recognized as valid by the other Contracting Party for the purpose of operating the agreed services on the specified routes, provided that such certificates or licences are issued or validated with reference to and in conformity with the norms established by the Convention. Nevertheless, each Contracting Party reserves the right to refuse to recognize, for the purpose of flight over its own territory, the validity of certificates of competency and licences issued to its own nationals by the other Contracting Party.

Article 7. Security

1. Consistent with their rights and obligations under international law, the Contracting Parties reaffirm that their obligation to each other to protect the civil aviation against acts of unlawful interference forms an integral part of this Agreement. Without restricting the general validity of their rights and obligations under international law, the Contracting Parties shall act, in particular, pursuant to the provisions on the Convention on Offences and Certain Other Acts Committed on Board Aircraft, signed at Tokyo on 14 September 1963; the Convention for the Suppression of Unlawful Seizure of Aircraft, signed at The Hague on 16 December 1970; and the Convention for the Suppression of Unlawful Acts against the Safety of Civil Aviation, signed in Montreal on 23 September 1971; and the Protocol for the Suppression of Unlawful Acts of Violence at Airports Serving International Civil Aviation, signed at Montreal on 24 February 1988, or any other convention on aviation safety to which the Contracting Parties may be affiliated.

2. The Contracting Parties shall provide, upon request, all necessary assistance to each other, to prevent acts of unlawful seizure of civil aircraft or other of unlawful acts against the safety of such aircraft, their passengers and crews, airports and air navigation facilities, and any other threat to the security of civil aviation.

3. The Contracting Parties shall, in their mutual relations, act in conformity with the aviation security provisions established by the International Civil Aviation Organisation, to the extent that such security provisions are applicable to the Contracting Parties; they shall require operators of aircraft of their nationality, operators of aircraft that have their

principal place of business or permanent residence in their territory, and operators of aircraft situated in their territory to act in conformity with such aviation security provisions.

4. Each Contracting Party agrees that such operators of aircraft shall be required to observe the aviation security provisions referred to in paragraph 3 above, and required by the other Contracting Party for entry into, departure from, or stay in the territory of that other Contracting Party. Each Contracting Party shall ensure that adequate measures are effectively applied within its territory to protect the aircraft and to inspect passengers, crew, carry-on items and baggage, cargo and aircraft stores prior to and during boarding or loading. Each Contracting Party shall also give sympathetic consideration to any request from the other Contracting Party for reasonable special security measures to meet a particular threat.

5. When an incident or threat of an incident of unlawful seizure of civil aircraft, or other unlawful acts against the safety of such aircraft, their passengers and crew, airport or air navigation facilities occurs, the Contracting Parties shall assist each other by facilitating communications and other appropriate measures intended to terminate rapidly and safely such incident or threat thereof.

Article 8. Aeronautical safety

1. Each Contracting Party may, at any time, seek consultations on the safety standards applied by the other Contracting Party, in aspects related to aeronautical installations and services, flight crews, aircraft, and aircraft operations. Such consultations will be held within thirty (30) days from the request.

2. If, following such consultations, a Contracting Party concludes that the other Contracting Party does not maintain or effectively administer the aspects mentioned in the foregoing paragraph, relating to current safety standards, in accordance with the Convention, it shall notify the other Contracting Party of such conclusions and the measures it deems necessary to comply with ICAO standards. The other Contracting Party shall then adopt corrective measures within an agreed-upon period.

3. Pursuant to Article 16 of the Convention, it is also agreed that any aircraft operated by, or on behalf of an airline of one Contracting Party, that provides services to or from the territory of the other Contracting Party, may, when in the territory of the other Contracting Party, be subject to inspection by the authorized representatives of that other Contracting Party, provided this does not cause unnecessary delays to the operation of the aircraft. Despite the obligations referred to in Article 33 of the Convention, the purpose of this inspection is to ensure the validity of the relevant aircraft documentation and the licences of its crew, and that the aircraft equipment and conditions thereof satisfy the standards defined in the Convention.

4. When it is essential to adopt urgent measures to ensure the safety of the operations of an airline, each Contracting Party reserves the right to immediately suspend or amend the authorization for operations of one or more airlines of the other Contracting Party.

Article 9. Customs duties

1. Each Contracting Party shall, on the basis of reciprocity and pursuant to its national legislation, exempt the designated airline of the other Contracting Party from customs duties on aircraft, fuel, lubricants, consumable technical supplies, major spares (including engines), standard aircraft equipment (including safety equipment), on board stores (including beverages, tobacco and other products for sale to passengers in limited quantities during the flight) and other items intended for use only in connection with the operational servicing of the aircraft, as well as tickets, airline documentation, any printed material bearing the logo of the airline and standard advertising material distributed free of charge.

2. The exemptions granted under this Article shall apply to the items mentioned in paragraph 1, irrespective of whether they are used or consumed entirely in the territory of a Contracting Party that grants the exemption, when:

(a) Introduced into the territory of a Contracting Party by or on behalf of the designated airline of the other Contracting Party;

(b) Kept on board the aircraft of the designated airline of one Contracting Party at arrival in or departure from the territory of the other Contracting Parties; and

(c) Introduced on board the aircraft of the designated airline of one Contracting Party in the territory of the other Contracting Party for use in the operation of the agreed services.

3. The items mentioned in paragraph 1, for which the exemption is granted, shall not be disposed of or sold in the territory of the above-mentioned Contracting Party.

4. Standard equipment and supplies and spares normally kept on board the aircraft of the designated airline of a Contracting Party, may be unloaded in the territory of the other Contracting Party only with the approval of its customs authorities. In such cases, they may be stored under the supervision of the said authorities, until such time as they are re-exported or otherwise disposed of, in accordance with the customs regulations.

5. The Contracting Parties shall allow the airlines to lend aircraft equipment, safety equipment and major spare parts, with exemption from customs duties, when used in the provision of regular international air services, limiting their control to the formalities needed to ensure that the aforementioned equipment or major parts are returned, in a qualitatively and technically identical state, and that in no circumstances shall any such transaction be for profit.

6. Passengers, baggage and cargo in direct transit across the territory of one Contracting Party, and not leaving the area of the airport reserved for such purpose, shall be subject at most to a very simplified control. Baggage and cargo in direct transit shall be exempt from duties and taxes, including customs duties.

Article 10. Operation of the agreed services

1. The designated airlines of the Contracting Parties shall have fair and equal opportunity to carry on the agreed services on the routes are specified.

2. In the operation of the agreed services, the designated airline of each Contracting Party shall take into account the interests of the designated airline of the other Contracting

Party, so as not unduly affect the services provided by the latter on all or part of the same routes.

3. The agreed services provided by the designated airlines of the Contracting Parties shall bear a close relationship to the requirements of the public for transportation on the specific routes and shall have as their primary objective the provision, at a reasonable load factor of capacity adequate to meet the current and reasonably predictable requirements for the carriage of passengers and cargo, including mail, originating in or destined for the territory of the Contracting Party which has designated the airline. Provision for the carriage of passengers and cargo, including mail, both taken up and put down at other points on the specified routes which are not in the territory of the Contracting Party designating the airline, shall be made in accordance with the general principles that the capacity provided shall be related to:

(a) Traffic requirements to and from the territory of the Contracting Party which has designated the airline;

(b) Traffic requirements of the area through which the agreed service passes, after taking account of the other services established by the airlines of states comprising the area; and

(c) The financial requirements of operating the airline.

4. The capacity to be provided on specified routes shall be determined jointly by the Contracting Parties from time to time.

Article 11. Tariffs

1. The tariffs to be applied by the designated airline of a Contracting Party for services covered by this Agreement shall be established at reasonable levels, taking into account all relevant factors, including the interests of the users, the cost of the operation, the characteristics of the service, rates of commission, reasonable profit, the tariffs charged by other airlines, and other commercial market considerations.

2. The aeronautical authorities shall pay special attention to tariffs that are questionable because they are excessively discriminatory, unduly high or restrictive owing to the abuse of a dominant position, or artificially low for reasons of subsidy or direct or indirect support, or predatory.

3. The tariffs will be registered at least ten (10) days before the date proposed for their introduction. The aeronautical authorities may approve or reject the tariffs registered for round-trip transportation between the territories of the two Contracting Parties that begin in their own territories. In the event of rejection, the Contracting Parties shall inform the aeronautical authorities of the other Contracting Party immediately, or within twenty (20) days from the receipt of the registration.

4. Neither of the Contracting Parties shall take unilateral action to prevent the introduction of proposed tariffs or the continuation of existing tariffs for transportation between the territories of the two Contracting Parties originating in the territory of the other Contracting Party.

5. Without prejudice to the provisions of paragraph 4 above, if the aeronautical authorities of either of the Contracting Parties consider a tariff for transportation to their ter-

ritory falls into one of the categories described in paragraph 2 above, they shall inform the aeronautical authorities of the other Contracting Party of their rejection, immediately, or within twenty (20) days from receipt of registration thereof.

6. The aeronautical authorities of each Contracting Party may request consultations on any tariff that has been rejected. Such consultations will be held within thirty (30) days following receipt of the request. If the Contracting Parties reach an agreement, each Contracting Party shall do its utmost to put the agreement into practice. If no agreement is reached, the decision of the Contracting Party in whose territory the transport originates shall prevail.

7. For transport between the territories of the Contracting Parties, the aeronautical authorities of each Contracting Party shall allow the airline designated by the other Contracting Party to match any tariff in the same city-pair currently authorized for application by an airline of either of the Contracting Parties or of a third State.

8. The aeronautical authorities of the two Contracting Parties shall not require registration for their approval of tariffs for cargo transportation.

Article 12. Commercial activities

1. The designated airline of one Contracting Party may, in accordance with the laws and regulations of the other Contracting Party relating to entry, residence and employment, bring in and maintain in the territory the other Contracting Party managerial, sales, technical, operational and other expert staff required for the operation of the agreed services.

2. In particular, each Contracting Party shall grant to the designated airline of the other Contracting Party the right to engage in the sale of air transportation in its territory directly and, at the discretion of the airline, through its agencies. Each airline shall have the right to sell such transportation, and any person shall be free to purchase such transportation in the currency of that country or in freely convertible currencies of other countries, subject to national laws and regulations.

Article 13. Conversion and remittance of earnings

1. The designated airline of a Contracting Party shall have the right to convert and remit abroad, upon request, local earnings in excess of local expenditures.

2. The conversion and remittance of such earnings shall be permitted in accordance with current legislation, and shall not be subject to any administrative or exchange fees except those normally charged by banks for affecting such conversions and remittances.

3. The provisions of this Article shall not exempt the airlines from the payment of the taxes, fees and contributions for which they are liable.

Article 14. Aeronautical tariffs

1. Neither Contracting Party shall collect or permit to be collected from the airline designated by the other Contracting Party aeronautical tariffs higher than those collected from its own airlines operating similar international air services.

2. Each Contracting Party shall make every effort to hold consultations on the aeronautical tariffs between its competent authorities and the airlines that use the services and facilities provided by the said authorities, where feasible, through organizations representing the airlines. Proposals for changes in the aeronautical tariffs shall be communicated to such users sufficiently in advance, to permit them to express their views before the changes take effect. Each Contracting Party shall in addition arrange to exchange information about aeronautical tariffs between its competent authorities and users.

Article 15. Consultations

1. In a spirit of close cooperation, the aeronautical authorities of the Contracting Parties shall consult each other from time to time with a view to ensuring implementation of, and satisfactory compliance with the provisions of this Agreement, or to discuss any problems related thereto.

2. Such consultations shall begin within a period of sixty (60) days from the date of receipt of the request, unless the Contracting Parties agree otherwise.

Article 16. Amendments

1. Any amendment to, or modification of this Agreement made by the Contracting Parties shall enter into force on the date specified in the exchange of diplomatic notes indicating that both Contracting Parties have completed the necessary internal procedures.

2. Any amendment to, or modification of the annex to this Agreement shall be by agreement between the aeronautical authorities, and shall enter into force after it has been confirmed by exchange of diplomatic notes.

Article 17. Multilateral Convention

If a general multilateral convention on aviation enters into force and is binding on both Contracting Parties, the provisions of that convention shall prevail. In accordance with Article 14 of this Agreement, consultations may be held with a view to determining the extent to which this Agreement is affected by the provisions of the convention.

Article 18. Settlement of disputes

1. Any dispute arising in relation to this Agreement that is not resolved through consultations, may, by agreement between the Contracting Parties, be submitted for a ruling by a person or organization to be specified. If the Contracting Parties disagree with this

procedure, the dispute will be submitted to arbitration, at the request of either of the Contracting Parties, pursuant to the procedures described below.

2. The arbitration procedure will be undertaken by a panel of three arbitrators to be formed as follows:

(a) Within thirty (30) days following receipt of the arbitration request, each Contracting Party will nominate one arbitrator. Within sixty (60) days following the appointment of those two arbitrators, the latter shall appoint a third arbitrator, through agreement, to act as chair of the arbitration panel; and

(b) If one of the Contracting Parties fails to appoint an arbitrator, or if the third arbitrator is not appointed pursuant to the provisions of subparagraph (a) above, one of the Contracting Parties may ask the President of the Council of the International Civil Aviation Organisation to appoint the necessary arbitrator or arbitrators within thirty (30) days. If the President is of the same nationality as one of the Contracting Parties, the longest serving Vice-President not disqualified for the same reason will make the appointment.

3. Unless agreed otherwise, the arbitration panel will define the limits of its jurisdiction pursuant to this Agreement, and will establish its own procedure.

4. Each Contracting Party shall, in accordance with its national legislation, fully accept any ruling or sentence handed down by the arbitration panel.

5. The expenses of the arbitration panel, including the fees and expenses of the arbitrators, will be shared equally by the Contracting Parties.

Article 19. Termination

Either of the Contracting Parties may give written notice through the diplomatic channel to the other Contracting Party of its decision to terminate this Agreement, at any time after it has entered into force. Such notice shall be simultaneously communicated to the International Civil Aviation Organisation. The Agreement shall terminate one (1) year after the date of receipt of the notice by the other Contracting Party, unless the notice to terminate is withdrawn by agreement before this period expires. In the absence of acknowledgement of receipt by the other Contracting Party, notice shall be deemed to have been received fourteen (14) days after the receipt of the notice by the International Civil Aviation Organisation.

Article 20. Registration with the ICAO

This Agreement and any amendment thereto shall be registered with the International Civil Aviation Organisation.

Article 21. Provision of statistics

The aeronautical authorities of one Contracting Party shall supply to the aeronautical authorities of the other Contracting Party, upon request, statistics relating to a given period or a statistical analysis, which may be reasonably requested with a view to reviewing the capacity established for the agreed services by the airlines of the Contracting Parties

mentioned above in this Article. Such statistical analyses shall include all of the information requested to determine the quantity of traffic carried by the airlines in the agreed services, and the origin and destination of such traffic.

Article 22. Entry into force

This Agreement shall enter into force thirty (30) days after the date of receipt of the second notification that the necessary constitutional procedures have been completed.

IN WITNESS WHEREOF, the undersigned, being duly authorized by their respective Governments, have signed this Agreement.

DONE at Praia, Republic of Cape Verde, on thirty-nine July 2004, in two equally authentic texts in the Portuguese language.

For the Government of the Federative Republic of Brazil:

VITOR C. P. GOBATO
Ambassador of Brazil

For the Government of the Republic of Cape Verde:

VICTOR M. B. BORGES
Minister of Foreign Affairs, Cooperation and Communities

ANNEX

ROUTE SCHEDULE

Section 1

Routes to be operated by airlines designated by Brazil:

Points behind — points in Brazil — points in Cape Verde — points beyond.

Section 2

Routes to be operated by airlines designated by Cape Verde:

Points behind — points in Cape Verde — intermediate points — points in Brazil — points beyond.

NOTES:

1. The points to be served on the routes specified above shall be defined jointly by the aeronautical authorities of the Contracting Parties.

2. The designated airlines of Brazil may, on any or all flights, omit stops at any points on the routes specified above, and may serve the points in any order, provided that the agreed services on those routes begin in Brazil.

3. The designated airlines of Cape verde may, on any or all flights, omit stops at any points on the routes specified above, and may serve the points in any order, provided that the agreed services on those routes begin in Cape Verde.

[TRANSLATION – TRADUCTION]

ACCORD RELATIF AUX SERVICES AÉRIENS ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE DU CAP-VERT

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République du Cap-Vert (ci-après dénommés les « Parties contractantes »),

Étant Parties à la Convention relative à l'aviation civile internationale, ouverte à la signature à Chicago le 7 décembre 1944,

Encouragés par le niveau élevé qu'ont atteint les relations d'amitié, de solidarité et de coopération entre les deux peuples et leurs Gouvernements,

Désireux de contribuer au développement de l'aviation civile internationale,

Souhaitant conclure un accord sur les services aériens,

Sont convenus de ce qui suit :

Article premier. Définitions

Aux fins du présent Accord, sauf dispositions contraires :

a) L'expression « autorités aéronautiques » s'entend, dans le cas de la République fédérative du Brésil, du Commandement de l'aéronautique; et, dans le cas de la République du Cap-Vert, du Ministère des infrastructures et des transports; ou, dans l'un et l'autre cas, de toute personne ou de tout organisme habilité à exercer toutes fonctions qui relèvent actuellement des autorités susmentionnées;

b) L'expression « Accord » s'entend du présent Accord, de son annexe et de tout amendement apporté à cet Accord ou à son annexe;

c) L'expression « services convenus » s'entend des services aériens de transport de passagers, de marchandises et de courrier, séparément ou ensemble, sur les routes indiquées;

d) Les expressions « service aérien », « service aérien international », « entreprise de transport aérien » et « escale non commerciale » s'entendent avec le sens que leur attribue l'article 96 de la Convention;

e) Le terme « Convention » s'entend de la Convention relative à l'aviation civile internationale, ouverte à la signature à Chicago le 7 décembre 1944, y compris toute annexe adoptée conformément à l'article 90 de ladite Convention, ainsi que tout amendement aux annexes ou à la Convention, adopté conformément à ses articles 90 et 94, dans la mesure où ces annexes et amendements sont entrés en vigueur à l'égard des deux Parties contractantes;

f) L'expression « entreprise désignée » s'entend d'une entreprise de transport aérien qui a été désignée et autorisée conformément à l'article 3 du présent Accord;

g) L'expression « route indiquée » s'entend de l'une des routes indiquées en annexe au présent Accord;

h) Le terme « tarif » s'entend indifféremment :

i) Du prix demandé par une entreprise de transport aérien pour le transport de passagers et de leurs bagages par des services aériens, ainsi que les frais et conditions relatifs aux prestations accessoires à ce transport;

ii) Du taux de fret appliqué par une entreprise pour le transport de marchandises (à l'exception du courrier) par des services aériens;

iii) Des conditions qui régissent la disponibilité ou l'applicabilité d'un tel prix ou taux de fret, y compris les avantages qui s'y rattachent;

iv) Du montant de la commission versée par une entreprise à un agent sur les billets vendus ou sur les lettres de transport aérien établies par lui pour le transport par des services aériens;

i) Le terme « territoire » s'entend, s'agissant d'un État, avec le sens que lui attribue l'article 2 de la Convention; et

j) L'expression « redevances aéronautiques » s'entend du prix recouvré auprès des entreprises de transport aérien pour l'usage des installations et services aéroportuaires et des services de navigation et de sécurité aériennes.

Article 2. Octroi de droits

1. Chaque Partie contractante accorde à l'autre Partie contractante les droits ci-après indiqués dans le présent Accord, aux fins d'exploiter des services aériens internationaux sur une route indiquée. Dans l'exploitation d'un service convenu sur une route indiquée, les entreprises de transport aérien désignées de chaque Partie contractante bénéficient :

a) Du droit de survoler le territoire de l'autre Partie contractante;

b) Du droit de faire escale dans ledit territoire à des fins non commerciales;

c) Du droit d'embarquer et de débarquer dans ledit territoire, en des points situés sur les routes indiquées, des passagers, des bagages, des marchandises et du courrier, séparément ou ensemble, à destination ou en provenance de points situés dans le territoire de l'autre Partie contractante;

d) Du droit d'embarquer et de débarquer dans les territoires de pays tiers, en des points situés sur les routes indiquées, des passagers, des bagages, des marchandises et du courrier, séparément ou ensemble, à destination ou en provenance de points situés dans le territoire de l'autre Partie contractante, conformément aux dispositions figurant en annexe.

2. Aucune disposition du paragraphe 1 du présent article n'est réputée conférer aux entreprises désignées d'une Partie contractante le droit d'embarquer, dans le territoire de l'autre Partie contractante, des passagers, des bagages, des marchandises ou du courrier pour les transporter conformément à un contrat de louage ou contre rémunération en un autre point du territoire de cette autre Partie contractante.

3. Les entreprises de transport aérien de chaque Partie contractante autres que celles désignées sur la base de l'article 3 (Désignation) du présent Accord jouiront des droits indiqués aux paragraphes 1 a) et b) du présent article.

Article 3. Désignation et autorisation

1. Chaque Partie contractante a le droit de désigner, par une note diplomatique adressée à l'autre Partie contractante, une ou plusieurs entreprises de transport aérien aux fins d'exploiter les services convenus.

2. Au reçu de la notification de la désignation, les autorités aéronautiques de chaque Partie contractante doivent, conformément à leurs lois et règlements, accorder sans retard à l'entreprise ou aux entreprises de transport aérien désignées les autorisations d'exploitation voulues pour l'exploitation des services convenus.

3. Chaque Partie contractante a le droit de refuser l'autorisation d'exploitation visée au paragraphe 2 du présent article ou d'imposer les conditions qu'elle juge nécessaires à l'exercice par la ou les entreprises désignées des droits visés à l'article 2 du présent Accord, dans tous les cas où ladite Partie contractante n'a pas la certitude que la propriété et le contrôle effectifs de cette ou ces entreprises se trouvent entre les mains de la Partie contractante qui a désigné l'entreprise ou les entreprises, ou (et) de ressortissants de cette Partie.

4. Les autorités aéronautiques de chaque Partie contractante peuvent exiger de l'entreprise ou des entreprises désignées par l'autre Partie contractante la preuve qu'elle est ou qu'elles sont en mesure de respecter les conditions prescrites par les lois et règlements que ces autorités appliquent normalement et raisonnablement à l'exploitation des services aériens internationaux.

5. Lorsqu'une entreprise a été ainsi désignée et autorisée, elle peut commencer à exploiter les services convenus à condition de se conformer aux dispositions applicables du présent Accord.

6. Chaque Partie contractante a le droit, par le biais d'une note diplomatique, de retirer une entreprise de transport aérien de la liste de celles qui avaient été désignées et d'en désigner une autre.

Article 4. Annulation ou suspension des autorisations d'exploitation

1. Les autorités aéronautiques de chaque Partie contractante ont le droit d'annuler ou de suspendre les autorisations délivrées pour l'exercice des droits spécifiés à l'article 2 du présent Accord par une ou plusieurs entreprises de transport aérien désignées de l'autre Partie contractante, ou d'imposer des conditions, à titre temporaire ou définitif, qu'elles jugent nécessaires à l'exercice de ces droits :

a) Si cette ou ces entreprises manquent à se conformer aux lois et règlements de la Partie contractante qui a accordé ces droits;

b) Si lesdites autorités n'ont pas la certitude que la propriété et le contrôle effectifs de cette ou ces entreprises se trouvent entre les mains de la Partie contractante qui les a désignées, ou (et) de ressortissants de cette Partie; et

c) Si cette ou ces entreprises manquent à conformer leur exploitation aux conditions prescrites par le présent Accord.

2. À moins qu'il ne soit immédiatement indispensable d'annuler ou de suspendre l'autorisation d'exploitation visée au paragraphe 1 du présent article, ou d'imposer les conditions visant à empêcher la poursuite des infractions aux lois et règlements, ce droit n'est exercé qu'après consultation avec l'autre Partie contractante.

Article 5. Application des lois et règlements

1. Les lois et règlements d'une Partie contractante régissant l'entrée ou le séjour dans son territoire, ou la sortie de son territoire, d'aéronefs employés aux services aériens internationaux, ou l'exploitation et la conduite de ces aéronefs pendant leur séjour dans son territoire, sont appliqués aux aéronefs de l'entreprise ou des entreprises de transport aérien désignées de l'autre Partie contractante, sans distinction de nationalité et doivent être respectés par lesdits aéronefs à l'entrée, à la sortie et pendant leur séjour dans le territoire de la première Partie contractante.

2. Les lois et règlements d'une Partie contractante relatifs à l'entrée ou au séjour dans son territoire, ou à la sortie de son territoire, des passagers, des équipages, des marchandises et du courrier, tels que les règlements concernant l'entrée, le congé, l'immigration, les passeports, les douanes et la quarantaine, doivent être observés, personnellement ou par l'intermédiaire d'un tiers agissant en leur nom, par lesdits passagers, équipages, marchandises et courrier, transportés par l'entreprise désignée de l'autre Partie contractante à l'entrée, à la sortie ou pendant leur séjour dans le territoire de la première Partie contractante.

3. S'agissant de l'application par une Partie contractante de ses lois et règlements visés au présent article à l'entreprise ou aux entreprises de transport aérien désignées de l'autre Partie contractante, la première Partie contractante ne doit pas accorder de traitement de faveur à sa ou ses propres entreprises de transport aérien.

Article 6. Reconnaissance des certificats, brevets et licences

Les certificats de navigabilité, les brevets d'aptitude et les licences délivrés ou validés par une Partie contractante, qui sont en cours de validité, sont reconnus valables par l'autre Partie contractante aux fins de l'exploitation des services convenus sur les routes spécifiées dans le présent Accord, à condition que ces certificats, brevets ou licences aient été délivrés ou validés conformément aux normes établies en vertu de la Convention. Chaque Partie contractante se réserve cependant le droit de ne pas reconnaître la validité, pour le survol de son territoire, des brevets d'aptitude et des licences délivrés à ses propres ressortissants par l'autre Partie contractante.

Article 7. Sécurité

1. Conformément à leurs droits et devoirs aux termes du droit international, les Parties contractantes réaffirment que leurs obligations réciproques de protéger la sécurité de l'aviation civile contre toute intervention illicite font partie intégrante du présent Accord.

Sans limiter la validité générale de leurs droits et devoirs résultant du droit international, les Parties contractantes agiront, en particulier, conformément aux dispositions de la Convention relative aux infractions et à certains autres actes survenant à bord des aéronefs, signée à Tokyo le 14 septembre 1963; de la Convention pour la répression de la capture illicite d'aéronefs, signée à La Haye le 16 décembre 1970; de la Convention pour la répression d'actes illicites dirigés contre la sécurité de l'aviation civile, signée à Montréal le 23 septembre 1971; et du Protocole pour la répression des actes illicites de violence dans les aéroports servant à l'aviation civile internationale, signé à Montréal le 24 février 1988, ou de toute autre convention sur la sécurité de l'aviation à laquelle les deux Parties contractantes pourraient devenir parties.

2. Chaque Partie contractante prête à l'autre, sur sa demande, toute l'aide nécessaire pour prévenir la capture illicite d'aéronefs civils et les autres actes illicites portant atteinte à la sécurité desdits aéronefs, de leurs passagers et de leurs équipages, des aéroports et des installations de navigation aérienne, ainsi que tout autre menace contre la sécurité de l'aviation civile.

3. Dans leurs relations mutuelles, les Parties contractantes se conforment aux dispositions applicables en matière de sécurité aérienne arrêtées par l'Organisation de l'aviation civile internationale et figurant dans les annexes à la Convention relative à l'aviation civile internationale, dans la mesure où ces dispositions s'appliquent auxdites Parties; les Parties contractantes exigent des exploitants d'aéronefs immatriculés sous leur pavillon, des exploitants d'aéronefs dont l'établissement commercial principal ou le domicile est situé sur leur territoire, ainsi que des exploitants des aéroports situés sur leur territoire, qu'ils se conforment auxdites dispositions relatives à la sécurité aérienne.

4. Chaque Partie contractante est convenue d'exiger de ces exploitants d'aéronefs de respecter les mesures de sécurité aérienne visées au paragraphe 3 ci-dessus, et imposées par l'autre Partie contractante pour l'entrée ou le séjour dans son territoire ou pour la sortie de ce territoire. Chaque Partie contractante veille à ce que des mesures adéquates soient effectivement appliquées sur son territoire pour protéger les aéronefs et pour assurer l'inspection des passagers, des équipages, des bagages à main, des bagages de soute, du fret et des provisions de bord, avant et pendant l'embarquement ou le chargement. Chaque Partie contractante examine aussi avec bienveillance toute demande que peut lui adresser l'autre Partie contractante en vue d'adopter des mesures de sécurité spéciales raisonnables en cas de menace particulière.

5. En cas d'incident ou de menace d'incident tendant à la capture illicite d'un aéronef civil ou d'autres actes illicites à l'encontre de la sécurité de ces aéronefs, de leurs passagers et de leurs équipages, des aéroports ou des installations de navigation aérienne, les Parties contractantes s'entraident en facilitant les communications et en prenant d'autres mesures appropriées destinées à mettre fin, rapidement et sans danger, à cet incident ou cette menace d'incident.

Article 8. Sécurité aéronautique

1. Chaque Partie contractante peut demander, à tout moment, la réalisation de consultations sur les normes de sécurité appliquées par l'autre Partie contractante sur des aspects concernant les installations et services aéronautiques, les équipages, les aéronefs et

l'exploitation d'aéronefs. Lesdites consultations sont réalisées dans un délai de trente (30) jours à compter de la date de la demande.

2. Si, une fois ces consultations réalisées, une Partie contractante arrive à la conclusion que l'autre Partie contractante n'assure pas de manière effective, pour les aspects visés au paragraphe précédent, le respect des normes de sécurité en vigueur, conformément à la Convention, elle informe l'autre Partie contractante de ses conclusions et des mesures qu'elle estime nécessaires pour la mise en conformité avec les normes de l'OACI. L'autre Partie contractante doit alors mettre en œuvre des mesures correctrices dans les délais convenus.

3. Conformément à l'article 16 de la Convention, il est également convenu que tout aéronef exploité par ou au nom d'une entreprise de transport aérien d'une Partie contractante, qui fournit des services à destination du territoire de l'autre Partie contractante, ou depuis celui-ci, peut, lorsqu'il se trouve sur le territoire de cette dernière, faire l'objet d'une inspection par les représentants dûment autorisés de l'autre Partie contractante, dès lors que cela n'entraîne pas de retards inutiles dans l'exploitation de l'aéronef. Au-delà des obligations visées à l'article 33 de la Convention, le but de cette inspection est de vérifier la validité des documents significatifs de l'aéronef, les licences de son équipage, et de s'assurer que l'équipement et l'état de l'aéronef satisfont aux normes établies en vertu de la Convention.

4. Lorsqu'il s'avère essentiel d'adopter des mesures urgentes pour garantir la sécurité des opérations d'une entreprise de transport aérien, chaque Partie contractante se réserve le droit de suspendre ou de modifier immédiatement l'autorisation d'exploitation d'une ou de plusieurs entreprises de transport aérien de l'autre Partie contractante.

Article 9. Droits de douane

1. Sous réserve de réciprocité, chaque Partie contractante exempte, aux termes de sa législation nationale, l'entreprise de transport aérien désignée de l'autre Partie contractante de droits de douane sur les aéronefs, les carburants, les lubrifiants, les fournitures techniques consommables, les pièces de rechange, les moteurs, les équipements nécessaires à une utilisation normale et à la sécurité de ces aéronefs, les provisions de bord, y compris les boissons, le tabac et les autres produits destinés à être vendus aux passagers, en quantité restreinte, pendant le vol, ainsi que les autres biens destinés à être uniquement utilisés pour l'exploitation ou l'entretien des aéronefs, ainsi que les billets, les lettres de transport, les documents imprimés revêtus du logo de l'entreprise de transport aérien et le matériel publicitaire usuel distribué gratuitement.

2. Les exonérations prévues au présent article s'appliquent aux biens mentionnés au paragraphe 1, qu'ils soient ou non utilisés ou consommés en totalité sur le territoire de la Partie contractante qui accorde l'exemption, lorsqu'ils sont :

a) Introduits dans le territoire d'une Partie contractante sous la responsabilité de l'entreprise de transport aérien désignée par l'autre Partie contractante;

b) Conservés à bord des aéronefs de l'entreprise de transport aérien désignée d'une Partie contractante lors de l'arrivée sur le territoire de l'autre Partie contractante ou de la sortie de celui-ci; et

c) Embarqués dans les aéronefs de l'entreprise de transport aérien désignée d'une Partie contractante dans le territoire de l'autre Partie contractante et destinés à servir à l'exploitation des services convenus.

3. Les biens visés au paragraphe 1, pour lesquels une exonération a été accordée, ne peuvent être ni aliénés ni vendus dans le territoire de ladite Partie contractante.

4. L'équipement d'usage courant, ainsi que les autres matériels et approvisionnements normalement conservés à bord des aéronefs de l'entreprise de transport aérien désignée d'une Partie contractante ne peuvent être déchargés sur le territoire de l'autre Partie contractante qu'avec l'autorisation de ses autorités douanières. En ce cas, ces biens peuvent être placés sous la surveillance desdites autorités jusqu'au moment de leur réexportation ou de leur affectation à d'autres fins, conformément aux règlements douaniers.

5. Les Parties contractantes autorisent le prêt, entre entreprises de transport aérien, d'équipements d'aéronefs, d'équipements de sécurité, ainsi que de pièces de rechange, avec exonération des droits de douane, lorsqu'ils sont utilisés pour la prestation de services aériens internationaux réguliers, leur contrôle restant limité aux formalités nécessaires pour garantir que les équipements et pièces de rechange précités feront l'objet d'une restitution à l'identique, aux plans qualitatif et technique, et qu'en aucun cas la transaction n'aura un caractère lucratif.

6. Les passagers, les bagages et les marchandises en transit direct dans le territoire de l'une ou l'autre des Parties contractantes sans sortir de l'enceinte aéroportuaire prévue à cet effet, sont au plus soumis à un contrôle simplifié. Les bagages et les marchandises en transit sont exonérés de droits de douane.

Article 10. Exploitation des services convenus

1. Les entreprises de transport aérien désignées des deux Parties contractantes doivent pouvoir exploiter les services convenus sur les routes indiquées dans des conditions d'équité et d'égalité.

2. L'entreprise désignée de chaque Partie contractante doit, dans l'exploitation des services convenus, prendre en considération les intérêts de l'entreprise désignée de l'autre Partie contractante de manière à ne pas porter indûment préjudice aux services que cette dernière assure sur tout ou partie des mêmes routes.

3. Les services convenus assurés par les entreprises de transport aérien désignées des Parties contractantes doivent être étroitement adaptés aux besoins du public en matière de transport sur les routes indiquées et avoir pour but principal de fournir, à un coefficient de charge normal, une capacité correspondant à la demande courante et normalement prévisible de transport de passagers et de marchandises, y compris le courrier, en provenance ou à destination du territoire de la Partie contractante qui a désigné l'entreprise. Pour le transport des passagers et des marchandises, y compris le courrier, embarqués et débarqués en des points des routes indiquées autres que ceux situés dans le territoire de celle qui a désigné l'entreprise de transport aérien, il convient de respecter les principes généraux suivant lesquels la capacité doit être adaptée :

a) Aux besoins de trafic à destination ou en provenance du territoire de la Partie contractante qui a désigné l'entreprise de transport aérien;

b) Aux besoins de trafic dans la région desservie par le service convenu, compte tenu des autres services de transport aérien assurés par des compagnies aériennes des États de la région; et

c) Aux exigences économiques de l'exploitation de l'entreprise de transport aérien.

4. Périodiquement, les Parties contractantes déterminent conjointement la capacité à fournir sur les routes indiquées.

Article 11. Tarifs

1. Les tarifs pratiqués par l'entreprise de transport aérien d'une Partie contractante pour les services couverts par le présent Accord sont établis à des taux raisonnables, compte dûment tenu de tous les éléments d'appréciation pertinents, notamment l'intérêt des usagers, les coûts d'exploitation, les caractéristiques du service, les frais de commission, la réalisation d'un bénéfice raisonnable, les tarifs pratiqués par d'autres entreprises de transport aérien, et d'autres considérations commerciales relatives au marché.

2. Les autorités aéronautiques accordent une attention particulière aux tarifs pouvant être remis en question car exagérément discriminatoires, indûment élevés ou restrictifs en raison d'un abus de position dominante, artificiellement bas en raison de l'octroi d'une subvention ou d'un appui direct ou indirect, ou caractérisant un comportement prédateur.

3. Les tarifs sont déposés pour agrément au moins dix (10) jours avant la date proposée pour leur entrée en vigueur. Les autorités aéronautiques peuvent approuver ou désapprouver les tarifs proposés pour le transport aller ou aller et retour entre les territoires des deux Parties contractantes à partir de leurs propres territoires. En cas de désapprobation, elles en informent les autorités aéronautiques de l'autre Partie contractante immédiatement ou dans un délai maximum de vingt (20) jours à compter de la date de dépôt.

4. Aucune des Parties contractantes n'engagera une action unilatérale dans le but d'éviter l'entrée en vigueur des tarifs proposés ou le maintien des tarifs en vigueur pour le transport entre les territoires des deux Parties contractantes commençant sur le territoire de l'autre Partie contractante.

5. Sans préjudice des dispositions du paragraphe 4 ci-dessus, lorsque les autorités aéronautiques de l'une ou l'autre Partie contractante considèrent qu'un tarif pour le transport vers son territoire relève des catégories visées au paragraphe 2 ci-dessus, elles notifient leur désapprobation aux autorités aéronautiques de l'autre Partie contractante immédiatement ou dans un délai maximum de vingt (20) jours à compter de la date de dépôt.

6. Les autorités aéronautiques de chaque Partie contractante peuvent demander des consultations concernant tout tarif ayant été désapprouvé. Ces consultations sont réalisées dans un délai maximum de trente (30) jours après réception de la demande correspondante. Si les Parties contractantes parviennent à un accord, chaque Partie contractante fait tout ce qui est son pouvoir pour l'entrée en vigueur dudit accord. Si aucun accord n'est atteint, la décision de la Partie contractante sur le territoire de laquelle le transport débute prévaut.

7. Pour le transport entre les territoires des Parties contractantes, les autorités aéronautiques de chaque Partie contractante permettent à l'entreprise de transport aérien désignée de l'autre Partie contractante d'appliquer, pour le même trajet entre deux villes, le

même tarif que celui actuellement autorisé pour une entreprise de transport aérien de l'une ou l'autre Partie contractante ou d'un État tiers.

8. Les autorités aéronautiques des deux Parties contractantes n'ont pas à exiger l'enregistrement de leur agrément pour les tarifs du transport de marchandises.

Article 12. Activités commerciales

1. L'entreprise de transport aérien désignée d'une Partie contractante a le droit, conformément aux lois et règlements de l'autre Partie contractante concernant l'entrée, le séjour et l'emploi, de faire entrer et d'employer dans le territoire de cette autre Partie contractante leurs cadres de direction, leur personnel commercial, leurs agents techniques et d'exploitation et les autres spécialistes nécessaires pour assurer la prestation des services convenus.

2. En particulier, chaque Partie contractante accorde à l'entreprise de transport aérien désignée de l'autre Partie contractante le droit de vendre des prestations de transport aérien dans le territoire de la première Partie contractante, soit directement, soit, si l'entreprise le souhaite, par l'intermédiaire de ses agents. Chaque entreprise de transport aérien a le droit de vendre et toute personne a la faculté d'acheter ces prestations dans la monnaie du pays ou, conformément aux lois et règlements nationaux, dans la monnaie librement convertible d'un autre pays.

Article 13. Conversion et transfert des recettes

1. L'entreprise de transport aérien désignée de l'une ou l'autre Partie contractante a le droit de convertir et de transférer vers son pays l'excédent de ses recettes locales sur ses dépenses locales.

2. La conversion et le transfert de ces recettes sont permis conformément à la législation en vigueur, sans être frappés d'aucune charge administrative ou de change, à l'exception de celles normalement perçues par les banques pour leur exécution.

3. Les dispositions du présent article n'exonèrent pas les entreprises de transport aérien du paiement des impôts, taxes et contributions auxquels elles sont soumises.

Article 14. Redevances aéroportuaires

1. Aucune des Parties contractantes ne peut imposer ni autoriser à imposer à l'entreprise de transport aérien désignée de l'autre Partie contractante des redevances aéroportuaires plus élevées que celles qui sont imposées à ses propres entreprises de transport aérien qui exploitent des services aériens internationaux analogues.

2. Chaque Partie contractante encourage les consultations entre d'une part ses autorités compétentes en matière de redevances aéroportuaires et d'autre part les entreprises de transport aérien qui utilisent les services et installations mises à disposition par ces mêmes autorités, si possible par l'intermédiaire des organisations représentant les entreprises de transport aérien. Les propositions de modification des tarifs doivent être communiquées aux usagers dans un délai raisonnable avant leur entrée en vigueur, afin de leur permettre

de présenter leurs points de vue. Chaque Partie contractante encourage en outre ses autorités compétentes et les usagers à échanger des informations concernant les redevances aéroportuaires.

Article 15. Consultations

1. Dans un esprit d'étroite collaboration, les autorités aéronautiques des Parties contractantes se consultent périodiquement afin de veiller à ce que les dispositions du présent Accord soient dûment appliquées et respectées, ou pour évoquer tout problème relatif à celui-ci.

2. Ces consultations débutent dans les soixante (60) jours suivant la date de réception par l'autre Partie contractante d'une demande à cette fin, à moins que les Parties contractantes n'en conviennent autrement.

Article 16. Amendements

1. Tout amendement ou modification que les Parties contractantes conviennent d'apporter au présent Accord entre en vigueur à la date fixée par échange de notes diplomatiques attestant que les deux Parties contractantes ont satisfait à leurs obligations internes à cet effet.

2. Tout amendement ou modification de l'annexe au présent Accord doit faire l'objet d'un accord entre les autorités aéronautiques et entre en vigueur après confirmation par un échange de notes diplomatiques.

Article 17. Convention multilatérale

Si une convention multilatérale générale relative à l'aviation civile entre en vigueur à l'égard des deux Parties contractantes, ses dispositions l'emportent. Des consultations peuvent alors se tenir en application de l'article 14 du présent Accord en vue de déterminer dans quelle mesure ce dernier est affecté par les dispositions de ladite convention.

Article 18. Règlement des différends

1. Tout différend relatif au présent Accord dont la résolution n'est pas possible par voie de consultations peut être soumis, avec l'accord des Parties contractantes, à la décision d'une personne ou d'un organisme. Si les Parties contractantes ne s'entendent pas sur une telle méthode, le différend est, à la demande de l'une ou l'autre des Parties contractantes, soumis à arbitrage, conformément à la procédure ci-dessous.

2. L'arbitrage incombe à un tribunal de trois membres composé comme suit :

a) Dans un délai de trente (30) jours à compter de la date de réception de la demande d'arbitrage, chaque Partie contractante nomme un arbitre. Dans les soixante (60) jours suivant la nomination de ces deux arbitres, ceux-ci doivent s'entendre pour en désigner un troisième, qui assurera les fonctions de président du tribunal d'arbitrage; et

b) Si l'une des Parties contractantes ne nomme pas son arbitre, ou si le tiers arbitre n'est pas désigné conformément au point a) de ce sous-paragraphe, l'une des Parties contractantes peut demander au président du conseil de l'Organisation de l'aviation civile internationale de nommer l'arbitre ou les arbitres nécessaires, dans un délai de trente (30) jours. Si le Président est de la même nationalité que l'une des Parties contractantes, c'est le Vice-Président, choisi par ordre d'ancienneté, s'il n'est pas disqualifié pour le même motif, qui procède à cette désignation.

3. Sauf s'il en est convenu différemment, le tribunal d'arbitrage détermine les limites de sa juridiction conformément au présent Accord, et établit son propre mode de fonctionnement.

4. Chaque Partie contractante doit, en accord avec sa législation nationale, se conformer intégralement à toute décision ou sentence du tribunal d'arbitrage.

5. Les dépenses du tribunal d'arbitrage, notamment les charges et dépenses concernant les arbitres, sont assumées à parts égales par les Parties contractantes.

Article 19. Dénonciation

Chaque Partie contractante peut, à tout moment après l'entrée en vigueur du présent Accord, notifier par écrit à l'autre Partie contractante, par la voie diplomatique, sa décision de mettre fin au présent Accord. Cette notification doit être adressée simultanément à l'Organisation de l'aviation civile internationale. L'Accord prend alors fin un (1) an après la date de réception de la notification par cette autre Partie contractante, à moins que cette notification ne soit retirée d'un commun accord avant l'expiration de ce délai. Si l'autre Partie contractante n'accuse pas réception de la notification, celle-ci est réputée avoir été reçue quatorze (14) jours après sa réception par l'Organisation de l'aviation civile internationale.

Article 20. Enregistrement auprès de l'OACI

Le présent Accord et tous ses amendements doivent être enregistrés auprès de l'Organisation de l'Aviation civile internationale.

Article 21. Fourniture de statistiques

Les Autorités aéronautiques d'une Partie contractante fournissent aux autorités aéronautiques de l'autre Partie contractante, si elles sont sollicitées en ce sens, les données statistiques portant sur une période déterminée ou un bilan statistique, dans les limites de ce qui peut être raisonnablement demandé dans le but de réviser la capacité établie pour les services convenus pour l'entreprise ou les entreprises de transport aérien des Parties contractantes, mentionnées plus haut dans cet article. Ces bilans statistiques comprennent toutes les informations demandées pour déterminer le volume de trafic transporté par les entreprises dans le cadre des services convenus, ainsi que l'origine et la destination de ce trafic.

Article 22. Entrée en vigueur

Le présent Accord entre en vigueur trente (30) jours après la date de réception de la dernière notification indiquant l'accomplissement de toutes les formalités constitutionnelles nécessaires.

EN FOI DE QUOI, les soussignés, à ce dûment habilités par leurs Gouvernements respectifs, signent le présent Accord.

FAIT à Praia, République du Cap-Vert, le vingt-neuf juillet deux mille quatre, en langue portugaise, en deux exemplaires, les deux textes faisant également foi.

Pour le Gouvernement de la République fédérative du Brésil :

VITOR C. P. GOBATO
Ambassadeur du Brésil

Pour le Gouvernement de la République du Cap-Vert :

VICTOR M. B. BORGES
Ministre des affaires étrangères, de la coopération et des communautés

ANNEXE

TABLEAU DES ROUTES

Section 1

Routes à exploiter par les entreprises de transport aérien désignées par le Brésil :
Points en deçà – Points au Brésil – Points au Cap-Vert – Points au-delà.

Section 2

Routes à exploiter par les entreprises de transport aérien désignées par le Cap-Vert :
Points en deçà – Points au Cap-Vert – Points intermédiaires – Points au Brésil –
Points au-delà.

NOTES :

1. Les points à desservir sur les routes ci-dessus sont déterminés conjointement par les autorités aéronautiques des Parties contractantes.

2. Les entreprises de transport aérien désignées par le Brésil peuvent, lors de tout vol, omettre de faire escale en n'importe quel point des routes ci-dessus et desservir ces points dans n'importe quel ordre, dès lors que les services convenus sur ces routes ont leur départ au Brésil.

3. Les entreprises de transport aérien désignées par le Cap-Vert peuvent, lors de tout vol, omettre de faire escale en n'importe quel point des routes ci-dessus et desservir ces points dans n'importe quel ordre, dès lors que les services convenus sur ces routes ont leur départ au Cap-Vert.